

**DECADÊNCIA DO ALGODOEIRO MOCÓ
E MEDIDAS PARA O SEU SOERGUIMENTO
NO NORDESTE BRASILEIRO**



Embrapa

**DECADÊNCIA DO ALGODOEIRO MOCÓ
E MEDIDAS PARA O SEU SOERGUIMENTO
NO NORDESTE BRASILEIRO**

José de Alencar Nunes Moreira
Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão
Eleusio Curvêlo Freitas
Manoel de Barros Novaes Filho
Robério Ferreira dos Santos
Malaquias da Silva Amorim Neto



Embrapa-Algodão. Documentos, 43

Exemplares desta publicação podem ser solicitados à:

Embrapa-Algodão

Rua Osvaldo Cruz 1143 - Centenário

Telefone: (083) 341-3608

Telex: (083) 3213

Fax: (083) 322-7751

<http://www.cnpa.embrapa.br>

E-mail: algodao@cnpa.embrapa.br

Caixa Postal 174

CEP 58107-720 - Campina Grande, PB

Tiragem: 500 exemplares

Comitê de Publicações

Presidente: Luiz Paulo de Carvalho

Secretário: Maria José da Silva e Luz

Membros: Eleusio Curvêlo Freire

Emídio Ferreira Lima

Carlos Alberto Domingues da Silva

Demóstenes Marcos Pedrosa de Azevedo

José Janduí Soares

José Wellington dos Santos

Malaquias da Silva Amorim Neto

Robson de Macêdo Vieira

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Algodão (Campina Grande, PB)

Decadência do algodoeiro mocó e medidas para o seu soerguimento no Nordeste brasileiro, por José de Alencar Nunes Moreira e outros. Campina Grande, 1997.

20p. (EMBRAPA-CNPA. Documentos, 43)

1. Algodão Mocó - Decadência - Soerguimento - Brasil - Nordeste. I. Moreira, J. de A.N. II. Beltrão, N.E. de M. III. Freire, E.C. IV. Novaes Filho, M. de B.V. Santos, R.F. dos. VI. Amorim Neto, M. da S. VII. Título. VIII. Série

CDD 633.51

© Embrapa 1997

APRESENTAÇÃO

O algodoeiro mocó é capaz de produzir fibra da mais alta qualidade, mesmo nas condições mais inóspitas, como as que ocorrem nos bolsões semi-áridos do Nordeste brasileiro. Tal singularidade lhe confere acentuada importância para o Nordeste e para o setor manufatureiro têxtil nacional.

Em função de vários fatores, o algodão vem sofrendo processo contínuo de decadência que, se continuar, significará, por certo, a sua extinção total, a nível regional.

O Centro Nacional de Pesquisa de Algodão (CNPA) na oportunidade em que lança a presente publicação visa, tão somente, oferecer subsídios que possam embasar os esforços atuais de revitalização desta lavoura, na maioria dos Estados produtores de mocó.

Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão
Chefe da Embrapa-Algodão

SUMÁRIO

	Página
APRESENTAÇÃO	3
SUMÁRIO	5
1. INTRODUÇÃO	7
2. IMPORTÂNCIA DA LAVOURA DO MOCÓ PARA O NORDESTE	8
3. O QUE A PESQUISA JÁ FEZ PELA MELHORIA DO ALGODOEIRO MOCÓ	9
4. DECADÊNCIA DO ALGODOEIRO MOCÓ	12
5. MEDIDAS PARA O SOERGUIMENTO DO MOCÓ	15
5.1. Zoneamento da cultura	15
5.2. Produção de sementes básicas, fiscalizadas e certificadas	16
5.3. Manejo integrado de pragas	16
5.4. Política de preços	16
5.5. Medidas para convivência com o bicudo	17
5.6. Restabelecimento do parque de beneficiamento de algodão do Nordeste	17
5.7. Atuação das cooperativas e associações de produtores	17
5.8. Difusão de tecnologia	18
5.9. Preços internacionais do algodão	18
5.10. Algodão orgânico	18
5.11. Novas cultivares interraciais (mocó x herbáceo) ...	19
6. LITERATURA CONSULTADA	19

DECADÊNCIA DO ALGODOEIRO MOCÓ E MEDIDAS PARA O SEU SOERGUIMENTO NO NORDESTE BRASILEIRO

José de Alencar Nunes Moreira¹

Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão¹

Eleusio Curvêlo Freire¹

Manoel de Barros Novaes Filho¹

Robério Ferreira dos Santos¹

Malaquias da Silva Amorim Neto¹

1. INTRODUÇÃO

A lavoura do algodoeiro mocó já foi pioneira no Nordeste brasileiro, em termos de volume de produção e de área cultivada. As extensões do plantio com o mocó ultrapassaram, em passado bem recente, mais de 2 milhões de hectares, exatamente na região onde o fenômeno das secas incide com mais intensidade e, por isto, é maior a evasão de mão-de-obra local, para engrossar o contingente de favelados nas periferias das grandes cidades brasileiras.

No auge de sua opulência foi fonte obrigatória de renda e de emprego para milhares de pessoas que retiravam, desta lavoura, os meios de subsistência. Aliado à pecuária, o mocó foi também o agente decisivo de ocupação dos bolsões das terras secas do imenso semi-árido nordestino.

A despeito dessas virtudes, a lavoura do mocó vem sofrendo um processo violento de decadência, por conta de inúmeros problemas e, principalmente, pela falta de percepção de que a policultura do mocó é uma das mais sábias invenções do agricultor nordestino, de integração harmoniosa entre os interesses do homem com os recursos da planta, do solo e dos animais. Nos dias atuais, o plantio do mocó acha-se restrito aos irrisórios 61.000ha, correspondendo a menos de 5% da área em 1975, isto é, antes da grande seca deste século.

No presente documento é analisado o processo de decadência do algodoeiro mocó e são apontados os meios de como

¹Pesquisadores da Embrapa-Algodão, CP. 174, 58107-720. Campina Grande, PB

soerguê-lo, enquanto a situação de penúria a que chegou não venha determinar, por inanição, a sua extinção total.

2. IMPORTÂNCIA DA LAVOURA DO MOCÓ PARA O NORDESTE

A importância da lavoura do mocó para o Nordeste repousa em vários pontos, dentre os quais merecem destaque os seguintes:

1. constitui-se num suporte para a produção de alimentos na faixa semi-árida nordestina, onde o cultivo do milho e feijão, isoladamente, seria inviável face à incidência periódica do fenômeno das secas;
2. promove a biodiversidade e a estabilidade do agrossistema e, com isto, evita a degradação do solo, por ser um cultivo perene com, pelo menos, cinco anos de vida econômica;
3. é o sustentáculo da pecuária extensiva, à custa dos restolhos das culturas do milho e feijão e da vegetação natural em sua área de plantio;
4. permite a ocupação permanente dos solos do semi-árido, via de regra declivosos e, como tal, protegendo-os da erosão por ação das enxurradas e do intemperismo;
5. aliado às condições de alta luminosidade, baixa umidade e temperaturas elevadas na maturação, predominantes no Seridó do Rio Grande do Norte e Paraíba, é o único algodoeiro com potencial genético para permitir, sem irrigação, a obtenção de fibra longa capaz de rivalizar com as melhores do mundo, em termos de suas propriedades intrínsecas e, se houver diferencial de preços, também extrínsecas, a depender de como é colhido e armazenado;
6. é uma fonte de proteína e óleo que pode ser produzida a baixo custo para alimentação dos rebanhos e do homem nordestino, no qual a fome carencial é um dos problemas mais prementes;
7. é o único algodoeiro do Brasil que, na atualidade, pode prestar-se para o cultivo, segundo as práticas do algodão orgânico, o qual, daqui a cinco anos, poderá representar cerca de 10% do consumo mundial.

3. O QUE A PESQUISA JÁ FEZ PELA MELHORIA DO ALGODOEIRO MOCÓ

A preocupação com a melhoria do mocó data da década de 20, depois da constatação do estado de mistura em que se encontrava este algodoeiro no Seridó. Coube à iniciativa privada a dianteira neste empreendimento pioneiro, com a aquisição, pelos ingleses, em 1920, da Fazenda São Miguel, no Município de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte. Esta aquisição visava à implantação de um núcleo, objetivando a melhoria da qualidade do algodão plantado no Nordeste brasileiro. A ação do governo se fez sentir mais tarde, com a criação da Estação Experimental de Cruzeta, no ano de 1924, em plena região do Seridó e, depois, da antiga Estação de Vila Bela, posteriormente intitulada Estação Experimental de Serra Talhada, com localização em Pernambuco. O Estado da Paraíba participou também deste esforço, com a criação da Estação Experimental de Pendência, no Município de Soledade.

Nesta fase foram obtidas diversas cultivares melhoradas, cujo grau de pureza e uniformidade contrastava claramente com as misturas que vinham sendo exploradas pelos agricultores. Entre esses materiais cabe destacar as cultivares designadas por MF'S (Mocó Faria) obtidas pela Algodoeira São Miguel, SL 9193 (cujo grau de pureza e uniformidade contrastava claramente com Cruzeta), APA e P-55 derivadas, respectivamente, das Estações Experimentais de Cruzeta, no Rio Grande do Norte, Serra Talhada, em Pernambuco, e Pendência, na Paraíba, cujos testes com a fibra e o fio, realizados sob os auspícios do Banco do Nordeste em diversos laboratórios no Brasil e Estados Unidos da América do Norte, revelaram surpreendente uniformidade dos resultados nessas características no algodoeiro mocó cultivado sob diferentes condições de solo e práticas culturais. Os testes de resistência da fibra, por exemplo, revelaram-se muito satisfatórios, classificando-se o mocó entre os padrões forte e muito forte.

Constatou-se, ainda, que os fios produzidos a partir da fibra dessas cultivares eram muito fortes e seu grau de aparência variou de médio a consideravelmente acima de médio. Por fim, as características de fibra e fiação desses materiais, em comparação com outros algodoeiros longos e extra-longos, de conceito firmado

no mercado mundial, eram mais do que satisfatórias para atender às exigências da indústria têxtil da época.

Uma nova fase de preocupações com a melhoria do mocó deu-se por volta de 1963, quando a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) tomou a si o encargo da coordenação das pesquisas com este algodoeiro na região. Com tal objetivo, firmou convênio com a antiga Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará (hoje Centro de Ciências Agrárias), com o Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA), hoje Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária, e com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Paraíba. Desta época, a cultivar mais proeminente foi a Veludo C-71, originada dos trabalhos de seleção realizados na Estação Experimental de Veludo, PB, da Secretaria de Agricultura da Paraíba, de acordo com o convênio firmado com a SUDENE.

Esta cultivar, em testes realizados em diversos locais do Nordeste, apresentava ganho de produtividade de 20% em relação ao material SL 9193, da fase anterior. A fibra era classificada como longa e, assim, teve muito boa aceitação pelos fiandeiros brasileiros, mesmo fora do Nordeste. Por suas qualidades, esta cultivar foi multiplicada e as sementes distribuídas, em larga escala, com agricultores do Seridó Paraibano.

Paralelamente a esta atividade da SUDENE, os empresários ligados ao setor da produção, comercialização e industrialização do algodão, fundaram o Instituto Nordestino de Fomento ao Algodão e Oleaginosas (INFAOL) destinado a fomentar a lavoura do algodão no Nordeste. Deste esforço, resultou todo um trabalho de divulgação, fomento e pesquisa, por intermédio da instalação de campos de demonstração de resultados e multiplicação de sementes, que foi muito proveitoso para o algodão, especialmente para o mocó, durante os oito anos de trabalho desse órgão no Nordeste.

A fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) permitiu a criação, em 1975, do Centro Nacional de Pesquisa de Algodão (CNPAl), sobre o qual pesou a responsabilidade da coordenação dos trabalhos de pesquisa com o algodão no Brasil. A partir daí, deu-se continuidade aos trabalhos de

melhoria do algodão mocó, agora com maior aporte de recursos humanos e financeiros.

Desta nova fase resultaram cultivares altamente valiosas, tais como as CNPA 2M, 3M, 4M e 5M, que têm, como marca dominante e em ordem crescente, a precocidade do mocó, que foi a solução encontrada pelos melhoristas para aumentar, também, a produtividade neste algodoeiro. A CNPA 4M e a CNPA 5M, por exemplo, têm ciclo da emergência à 1ª colheita (1º ano) na faixa de 160 a 180 dias e a partir do 2º ano (do início das chuvas à 1ª colheita) na faixa de 105 a 125 dias. O rendimento no primeiro ano situa-se na faixa de 586 a 715 kg/ha de algodão em caroço e no 2º ano de 636 a 696 kg/ha.

Esses resultados evidenciam o considerável progresso na melhoria do algodoeiro mocó em termos de produtividade, o que foi a grande novidade deste período, dado que nas épocas passadas o esforço se concentrava quase por inteiro nas características tecnológicas da fibra.

Além desta vantagem, tais cultivares reúnem a maioria das características tecnológicas de fibra consideradas ideais pela moderna indústria têxtil nacional, objetivando a confecção de fios com títulos variando de médio a fino, com demanda, hoje, de 15% pela indústria, isto é, aproximadamente 120.000 toneladas de pluma na faixa de 34-36mm.

Graças à precocidade das cultivares deste período, tornou-se possível, aliada a todo um conjunto de práticas culturais, a convivência do algodoeiro mocó com a praga do bicudo, depois de sua introdução no Nordeste, em 1983. A premissa básica para a convivência consiste no emprego dessas cultivares e de todo um elenco de manejos da cultura, que garanta um rendimento de no mínimo 600 kg/ha de algodão em caroço, meta que, como se viu, é perfeitamente factível à luz das novas tecnologias de melhoria do algodoeiro mocó desenvolvidas pelo CNPA na região.

Ressalta-se, ainda, durante todos esses anos e, principalmente, após a criação do CNPA, o esforço contínuo na geração de tecnologias, objetivando a montagem de sistemas de produção com as novas cultivares que vão sendo liberadas e destinadas a maximizar a produtividade no algodoeiro mocó nas condições do trópico semi-árido. Neste sentido, já se dispõe de

alternativas de exploração deste algodoeiro bem mais condizentes com as necessidades dos produtores que em épocas passadas, onde o primitivismo da exploração só permitia produtividades de pouco mais de 100 kg/ha. Existem agricultores, hoje, que chegam a produzir 1,0t de algodão mocó em caroço por hectare, o que pode ser considerado excelente em um ambiente xérico repleto de limitações, em especial quanto ao solo e à disponibilidade de umidade.

4. DECADÊNCIA DO ALGODOEIRO MOCÓ

TABELA 1. Produção, área cultivada e produtividade média na lavoura do algodoeiro mocó no Nordeste (Período 1973-1993)¹

Quinquênios	Área colhida (1.000ha)	Redução (%)	Produção (1.000t)	Redução (%)	Produtividade (kg/ha)	Redução (%)
1973/74-1977/78	2.362,06	100,0	424,62	100,0	180,6	100
1978/79-1982/83	2.075,10	12,1	203,58	52,0	95,4	47,1
1983/84-1987/88	1.074,76	54,4	147,04	65,3	130,04	27,8
1988/89-1992/93	378,68	83,9	30,91	92,7	80,2	55,6

FONTE: Banco de Dados da Embrapa-Algodão

Na Tabela 1 encontram-se a área colhida, a produção e a produtividade da lavoura do mocó no Nordeste e as médias, nos quinquênios compreendidos no período de 1973 a 1993. Pode-se ver que, com relação à área colhida no primeiro quinquênio, o decréscimo foi de 12,1% no segundo, continuando em queda nos seguintes, com reduções de 54,4% e 83,9%, respectivamente no terceiro e no quarto. Comportamento semelhante é observado para a produção, porém com percentuais muito mais elevados que para a área colhida. De fato, considerando-se o relacionamento com o primeiro quinquênio, a redução atingiu, no segundo, mais de 50%, elevando-se nos demais com percentuais de 65,3 e 92,7, respectivamente nos terceiro e quarto quinquênios. A produtividade, apesar do decréscimo de quase 50% no segundo, diminuiu consideravelmente no terceiro para, novamente, atingir percentual de mais de 50% no último dos quinquênios estudados.

Esses dados falam por si só e são uma demonstração clara e insofismável do estado de decadência a que se acha relegada a lavoura do algodoeiro mocó no Nordeste. As causas da decadência

¹ Na atualidade, a área plantada de acordo com o IBGE é de 61.223ha com redução de 30,5% em relação ao ano de 1995, quando foram cultivados 88.094 ha

são de diversas ordens e, entre estas, destaca-se a seca prolongada que se abateu sobre o Nordeste, no período de 1979 a 1983. Acontece que, com a seca, o agricultor não teve condições de renovar as capoeiras velhas de algodão (mais de 5 anos) e desta circunstância pode-se explicar a pequena redução da área colhida no segundo quinquênio em relação ao primeiro (12%). Com a incidência da seca diminuiu a disponibilidade da forragem nativa e, então, o dono da terra não teve outra alternativa senão explorar ao máximo as capoeiras de algodão para salvar o gado de sua propriedade. Pode-se, deste fato, explicar o decréscimo de 52% na produção no segundo quinquênio em relação ao primeiro.

A seca, portanto, com todas as suas seqüelas, foi o fator-chave de desestruturação da lavoura do mocó no Nordeste. Assim sendo, quando o bicudo se generalizou como praga neste algodoeiro, em 1985 e 1986, a lavoura já vinha extenuada e em estado pré-falimentar. Assim, esta praga nada mais fez do que desnudar a enorme fragilidade de uma cultura que não poderia continuar no estado de abandono a que estivera relegada até então. Não resta dúvida de que o agricultor passou a ter mais dificuldades com a exploração do mocó, em especial pelo total desconhecimento da nova praga e dos meios de combatê-la e, ainda, por ser baixo ou quase nulo o uso dos inseticidas na cultura do mocó tradicional.

A convivência com o bicudo implica na adoção de novas técnicas destacando-se, entre elas, algumas que determinam o aumento do custo de produção, como o uso de sementes selecionadas e de defensivos. A maior parte dos produtores do mocó, pelas próprias características da região semi-árida, é avessa ao uso de inovações, explicado pelo alto risco de perda de produção devido às condições climáticas. Deve-se acrescentar que, quando da propagação do bicudo, o preço recebido pelo produtor de algodão estava em queda representando, no auge da praga, em termos reais, 40% daquele praticado em 1973. A conjugação desses fatores trouxe como conseqüência uma extrema redução no cultivo do mocó caracterizado, principalmente no início, pelo abandono da lavoura, que se foi consolidando no tempo com a diminuição cumulativa do estande das plantações.

A despeito da denúncia por parte dos técnicos da ameaça de decadência desta lavoura, praticamente nada se fez de concreto

para reverter a situação de penúria a que chegou o mocó, nas décadas de 80 e 90. O resultado é que em 1995 se pagava, no Nordeste, a irrisória quantia de 40 centavos de real pelo quilo do algodão em caroço, fosse ele de fibra curta, média ou longa e, na atualidade, cerca de 60 centavos de real por quilo. Tratando-se de um algodão de menor rentabilidade que o do tipo herbáceo e de fibra superior a este, a compensação pelo seu cultivo deveria se dar na hora da comercialização, com preço maior por um produto de melhor qualidade.

A prática corrente no mercado internacional é conferir, às fibras na categoria longa (34-36mm) e extra-longa (36-38mm) valor que pode chegar a ser cerca de duas vezes superior em relação ao algodão de fibra média nas faixas 30-32mm e 32-34mm. Na verdade, é na ausência deste diferencial de preço para a fibra do mocó que repousa a principal causa do abandono deste algodoeiro pelo produtor nordestino.

Aliado a tais problemas, por assim dizer específicos desta lavoura, tem-se a destacar, ainda, a grave crise por que passa o algodão como um todo e, na esteira desta, os problemas ora enfrentados pela indústria têxtil nacional. No setor algodoeiro, por exemplo, o que se vem observando é que, com a redução da tarifa de importação, além dos preços internacionais muito baixos, tem-se permitido a entrada, no mercado interno, de algodão de vários países, em muitos deles onde o produtor é subsidiado e, portanto, podendo ser comercializado a preços mais baixos que o produto nacional.

Por outro lado, este algodão importado pode ser pago em até 360 dias e, além de contar com este prazo, bastante favorável do ponto de vista do comprador, as taxas de juros que os importadores brasileiros pagam são as internacionais, isto é, de 6 a 8% ao ano. Destaque-se, ainda, que estas práticas danosas aos interesses do algodão brasileiro não foram acompanhadas por nenhuma política agrícola, visando dar suporte à cotonicultura nacional, o que seria essencial, uma vez que havia problemas de qualidade envolvidos entre o nosso produto, principalmente do Nordeste, e o importado de outros países. O resultado de tudo isto tem sido a derrocada do algodão nordestino, em especial do mocó que, por conta do déficit ocasionado na produção nacional, transformou o Brasil de

exportador a importador de algodão das Américas e um dos maiores do mundo.

O problema ora vivido pelo algodão reveste-se de maior gravidade para o Nordeste, principalmente porque a tendência atual é de elevação da demanda de fibras de algodão na ordem de 5,5% ao ano, na presente década, chegando ao século XXI com um consumo industrial superior a 1,2 milhão de toneladas. Este valor seria superior à produção brasileira em 650 mil toneladas, o que poderia, em parte, ser suprida pelo Nordeste, caso fosse revertida a situação de abandono a que chegou a cotonicultura regional. Este esforço já vem sendo empreendido por alguns Estados nordestinos mas, mesmo assim, não tem sido suficiente para reverter o quadro atual de decadência da lavoura do mocó.

5. MEDIDAS PARA O SOERGUIMENTO DO MOCÓ

O soerguimento da lavoura do mocó no Nordeste vai exigir o envolvimento de todos os segmentos ligados ao algodão, a nível de cada Estado, tais como o sistema produtivo, do beneficiamento e da comercialização do produto. Esses segmentos têm de atuar de forma integrada e harmônica, dado que de nada adianta ter um setor produtivo forte, apoiado numa política de comercialização inadequada para o produto. O papel do Estado, neste particular, poderá ser decisivo no sentido de apoiar políticas capazes de minimizar os problemas conjunturais responsáveis pela decadência desta importante lavoura. A solução desses problemas, do lado técnico, está disponível, conforme já foi visto neste documento. O que falta, na verdade, são os instrumentos políticos necessários à viabilização da solução técnica já existente.

As medidas destinadas a soerguer a lavoura do mocó devem contemplar, entre outros, os seguintes pontos:

5.1. Zoneamento da cultura

Constitui-se na primeira providência para reverter a situação de caos em que se encontra a lavoura do mocó. A sua obediência deve ser regulada por legislação específica, a nível de cada Estado produtor. As medidas de incentivo ao mocó deveriam, preferencialmente, ser restritas às zonas de

maior aptidão agroclimática definidas no zoneamento. O CNPA já dispõe dos mapas com este zoneamento para cada Estado do Nordeste.

5.2. Produção de sementes básicas, fiscalizadas e certificadas

Esta é outra medida da mais alta relevância e onde tem residido o entrave mais sério na revitalização da lavoura do algodão no Nordeste. Para as regiões de mocó identificadas no zoneamento, vão ser necessárias 830t de sementes a mais das cultivares precoces deste algodoeiro. As sementes fiscalizadas e certificadas podem ser obtidas dos campos de produção assistidos pelas EMATERs dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, com as cultivares CNPA 4M e CNPA 5M.

5.3. Manejo integrado de pragas

Como uma das metas é cultivar o mocó, segundo o enfoque do algodão orgânico, todo esforço deve ser realizado visando implementar as medidas do controle integrado de pragas para, com isto, abolir, onde for possível, o emprego dos inseticidas tradicionais. O *Trichogramma* sp poderá, nesta linha de ação, ser de muita importância e, assim, deveriam ser criados incentivos para o uso deste agente natural do controle de pragas, a nível das propriedades. Neste contexto, medidas como época uniforme e configurações de plantio, uso de cultivares precoces, catação e destruição de botões florais caídos no solo, utilização do gado bovino após a colheita para destruição de estruturas das plantas, eliminação dos restos culturais resultantes da poda e arranquio e destruição dos restos culturais, após o ciclo produtivo da lavoura, são extremamente importantes para o sucesso do mocó na linha do algodão orgânico.

5.4. Política de preços

Deveriam ser criados, a exemplo do que já ocorreu no passado, estímulos, via melhores preços, para a fibra do mocó em comparação com a obtida no herbáceo, que se

constituem numa das formas eficazes para o crescimento da lavoura do mocó na região.

5.5. Medidas para convivência com o bicudo

Para estas medidas, o primeiro ponto a se considerar é conscientizar o produtor de que, a exemplo do herbáceo, existem também meios para a convivência do algodoeiro mocó com o bicudo. A Circular Técnica nº 15 “Cultura do Algodoeiro Mocó Precoce”, do CNPA, contempla diversas medidas capazes de minimizar os efeitos desta praga neste algodoeiro. Portanto, elas precisam ser divulgadas e implementadas, em especial a que preconiza o emprego da poda drástica e limpeza do campo ao final da colheita, por sinal já regulamentada em lei do governo federal.

5.6. Restabelecimento do parque de beneficiamento de algodão do Nordeste

Uma das seqüelas da diminuição na produção de algodão do Nordeste tem sido o desmantelamento do parque de beneficiamento do algodão na região. Nas décadas de 80 e 90, acompanhando o ritmo de decadência do algodão, muitas usinas foram fechadas e suas máquinas transferidas para o Centro-Oeste e Sudeste da Bahia. O papel das usinas, estrategicamente localizadas, poderá ser vital no soerguimento da lavoura do mocó; em primeiro lugar, pela possibilidade de permitir controle mais rigoroso do algodão produzido nos diversos municípios em cada safra. Por exemplo, a presença de um classificador no estabelecimento, como ocorria no passado, poderá ser de muita ajuda neste sentido; em segundo, porque as usinas, se bem fiscalizadas, podem atuar no processo de produção e distribuição de sementes para o plantio, com o devido controle de qualidade.

5.7. Atuação das cooperativas e associações de produtores

Frente ao abandono quase total da lavoura do mocó, mister se faz a verticalização da produção de algodão a nível das cooperativas e associações de produtores, com a concentração do produto, preferencialmente em mercados

centrais estrategicamente distribuídos, nos quais seja negociada a fibra, que tem valor no mínimo três vezes ao que é auferido pelo algodão em caroço.

5.8. Difusão de tecnologia

Posto que já existe um acervo razoável de tecnologias no algodoeiro mocó, será preciso, então, agilizar os mecanismos de difusão massal, através do rádio e televisão, para a divulgação dos passos tecnológicos essenciais, com vistas à exploração da lavoura em bases rentáveis, mesmo na presença do bicudo.

5.9. Preços internacionais do algodão

Em razão da desorganização a que chegou a comercialização do algodão no Nordeste, será preciso criar mecanismos para manter o agricultor e as autoridades estaduais informados acerca dos preços internacionais do algodão visando, com isto, orientar o planejamento quanto à decisão sobre o que plantar em cada safra.

5.10. Algodão orgânico

O algodão orgânico, isto é, aquele obtido em lavouras livres de qualquer produto químico, poderá ser uma opção viável para o mocó e condições para tanto não faltam no Nordeste. O exemplo típico de uma área apropriada para a produção deste novo tipo de algodão é a região do Seridó, nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Aí, mercê das características de alta luminosidade, pouca umidade e, principalmente, baixa incidência de pragas no algodão, esta área constitui-se, como nenhuma outra no Brasil, apropriada para a produção desse tipo de algodão. De outra parte, o mocó, pela sua condição de rusticidade, é a planta de algodão ideal para ser explorada segundo esta nova modalidade. Portanto, será necessário criar incentivos visando difundir a prática do algodão orgânico naquela área e em outras de vocação semelhante no Nordeste. Merecem destaque, nesta linha, os algodões de fibra colorida cujo trabalho de melhoramento vem sendo empreendido pelo

CNPA, no sentido de aprimorar suas características tecnológicas de fibra e fio.

5.11. Novos cultivares interracialis (mocó x herbáceo)

Uma outra possibilidade para o soerguimento da cotonicultura arbórea no Nordeste brasileiro é a utilização de cultivares oriundos de cruzamentos interracialis (*G. hirsutum* r. *latifolium* x *G. hirsutum* r. *marie galante*) que reúnem características positivas de tais raças, como precocidade e produtividade maiores que o mocó, da primeira raça e maior resistência à seca, maior longevidade e rusticidade que os tipos herbáceos, da segunda raça, que representa o arbóreo. Tais cultivares, já em teste de validação e definição do sistema de produção, produzem fibras das categorias média e longa, dentro da nova classificação de resistência elevada e fina, e podem reduzir substancialmente a erosão e a degradação do frágil solo das regiões do Seridó e áreas semelhantes, para as quais é indicado o cultivo do arbóreo pois, ao contrário das cultivares herbáceas, são mais rústicas, com ciclo econômico de pelo menos três anos, evitando o preparo anual do solo. Elas apresentam menor porte que as cultivares arbóreas, produzindo com mais rapidez, outro elemento importante para a convivência com a praga do bicudo.

6. LITERATURA CONSULTADA

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. O que é o algodão mocó melhorado. Fortaleza, 1962. 44p.

BASTOS FILHO, G.S. Algodão: qualidade e fibra. Agroanalysis, v. 15, n.8, p.25-30, 1995.

BELTRÃO, N.E. de M.; VIEIRA, R. de M.; BRAGA SOBRINHO, R. Future possibilities of organic cotton in Brazil. In: INTERNATIONAL COTTON ADVISORY COMMITTEE. Fiber characteristics and the spinners perspective: a look into the future. Recife, 1994. p.15-21.

- BELTRÃO, N.E. de M. Dossiê algodão: situação atual, perspectivas e soluções. Campina Grande: EMBRAPA-CNPA, 1995. Paginação irregular.
- EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Algodão (Campina Grande, PB). Cultura do algodoeiro em áreas infestadas pelo bicudo (*Anthonomus grandis*, Boheman). Campina Grande, 1985. 17p. (EMBRAPA-CNPA. Circular Técnica, 11).
- EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Algodão. Banco de dados de Algodão. Campina Grande, 1994. 35p.
- FREIRE, E.C.; SANTANA, J.C.F de; GUSMÃO, J.L. de; SILVA, J.A. da. Características e potencialidades do algodão colorido do Nordeste do Brasil. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL TÊXTIL/CONFECÇÃO, 1995. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SENAI/CETIPI, 1995.
- FREIRE, E.C.; VIEIRA, D.J.; ANDRADE, F.P. de; MEDEIROS, J. da C.; NÓBREGA, L.B. da; NOVAES FILHO, M. de B.; BRAGA SOBRINHO, R. Cultura do algodoeiro mocó precoce. Campina Grande: EMBRAPA-CNPA, 1992. 26p. (EMBRAPA-CNPA. Circular Técnica, 15).
- MOREIRA, J. de A.N.; FREIRE, E.C.; SANTOS, R.F. dos; BARREIRO NETO, M. Algodoeiro mocó: uma lavoura ameaçada de extinção. Campina Grande: EMBRAPA-CNPA, 1989. 20p. (EMBRAPA-CNPA. Documentos, 36).
- MOREIRA, J. de A.N.; FREIRE, E.C.; BARREIRO NETO, M.; MEDEIROS, L.C.; GILES, J.A. Visão retrospectiva do melhoramento genético no algodoeiro mocó (*Gossypium hirsutum* r. marie galante Hutch) no Nordeste do Brasil. Campina Grande: EMBRAPA-CNPA, 1982. 56p. (EMBRAPA-CNPA. Documentos, 13).
- SUDENE, Veludo C-71: nova variedade de algodoeiro perene. Recife: 1979. 25p.

